



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE ANGICOS
CURSO DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO E INFORMÁTICA

GEIDER MADSON DANTAS DA SILVA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ANGICOS/RN:
políticas públicas e o direito à educação**

ANGICOS/RN
2021

GEIDER MADSON DANTAS DA SILVA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ANGICOS/RN:
políticas públicas e o direito à educação**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal Rural do Semi-Árido,
como requisito parcial para a obtenção do grau
de Licenciado em Computação e Informática.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Fádyla Késsia Rocha de
Araújo Alves

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

S SILVA, Geider Madson Dantas da.
 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL
DE ANGICOS/RN: políticas públicas e o direito à
educação / Geider Madson Dantas da SILVA. - 2021.
 38 f.: il.

 Orientadora: Prof^a. Dr^a. Fádyla Késsia Rocha de
Araújo Alves. Monografia (graduação) -
Universidade Federal
Rural do Semi-Árido, Curso de Computação e Informática,
2021.

 1. Educação Inclusiva. 2. Práticas Pedagógicas.
3. Políticas Públicas. 4. Direito à Educação. I. Alves,
Prof^a. Dr^a. Fádyla Késsia Rocha de Araújo, Orient. II.
Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a). Biblioteca Campus Angicos
Bibliotecário: Helder Romero Maia Duarte
CRB: 15/673

GEIDER MADSON DANTAS DA SILVA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ANGICOS/RN:
políticas públicas e o direito à educação**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal Rural do Semi-Árido,
como requisito parcial para a obtenção do grau
de Licenciado em Computação e Informática.

Defendida em 18 /11 /2021.

BANCA EXAMINADORA

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Fádyla Késsia Rocha de Araújo Alves –
UFERSA/Campus Angicos

Assinatura: _____

Examinador(a): Prof(a). Dr(a). DIVOENE PEREIRA CRUZ – UFERSA/Campus
Angicos

Assinatura: _____

Examinador(a): Prof(a). Dr(a). ELAINE LUCIANA SOBRAL DANTAS –
UFERSA/Campus Angicos

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Inicialmente expresso minha gratidão a Deus, por sempre ter se feito um pai presente provendo todas as minhas necessidades tecendo todas as linhas de trajeto de construção do meu futuro e em hipótese alguma ter me desamparado em nenhum momento da minha vida, em especial na minha trajetória acadêmica como estudante deste curso de licenciatura em computação e informática.

Ao meu pai e a minha mãe, Gilberto e Marineide, por darem o suporte de apoio na escolha do curso e sempre me influenciaram e me conduziram a trilhar caminhos bons, principalmente o da educação, pois desde pequeno que me recordo as inúmeras vezes que meu pai saía e ainda sai de casa para trabalhar sobre o calor do sol ou o frio da chuva para nunca deixar faltar nada, nem para mim e nem para minha irmã, essencialmente quando se tratava da nossa educação, comprando todo material que fosse necessário para nossa melhor aprendizagem e sempre dizia que a única coisa que ele poderia nos deixar seria os nossos estudos, como também a minha mãe que sempre se fez presente em toda a minha evolução, onde também expresso a recordação de me sentar todos os dias na mesa da cozinha para aprender a ler e escrever, como também fazer as atividades de casa, atividades essas que sempre eram anteriores aos momentos de brincadeira, onde ela repetidamente deixava claro que as atividades eram a prioridade, e assim cresci mantendo meu senso de responsabilidade sobre todos os ensinamentos ofertados por eles para me tornar um sujeito que assimila e acomoda o conjunto de valores agregadores contidos nos princípios da simplicidade.

A minha irmã, Milene, que hoje vivencia na prática a realidade bruta de uma faculdade, mas que mesmo na época de minha entrada na UFERSA onde a mesma ainda não tinha propriedade sobre isto, me incentivava e percebia meus momentos de aflição e de forma perpétua me acolhia com palavras motivadoras, sem contar as vezes que me ajudava na realização de alguns trabalhos que exigiam um esforço maior da minha parte e ela sempre lia para mim o que eu já havia escrito no caderno e eu passava para o notebook agilizando o processo.

A minha avó, Maria Lima, pelo simples fato de nunca duvidar da minha capacidade e me instigar a seguir em frente na esperança de um amanhã melhor sob total consequência dos meus esforços para obtê-lo.

De uma forma muito especial a minha amiga (Lígia) por durante todo o meu trajeto nesta formação acreditar em mim e de maneira constante me incentivar com palavras positivas e estar ao meu lado disposta a me ajudar de toda e qualquer forma, tanto no compartilhamento de angústias como nos de felicidades pelas conquistas alcançadas.

Aos meus amigos e primas (Kaio, Lázaro, Laise e Jeonara), que dentro dos meus momentos de estresse e de preocupações, me forneceram o privilégio de recordar que apesar das variadas dificuldades que possam surgir, ainda existem motivos de sobra para estar alegre e seguir em frente.

Agradeço também aos amigos que fiz na UFERSA (Edgar, Larissa, Andressa, Luciana e Juliana), que hoje para mim são também família, por todos esses anos de convivência e compartilhamento de experiências, nas quais foram construídas de forma coletiva, um dando suporte ao outro da melhor forma possível, em um compartilhamento aberto de angústias, mas principalmente de saberes, superando toda e qualquer fragilidade em comum.

A minha família como um todo, que vem de origem humilde residindo inicialmente em sítios, por sempre se preocupar em questionar sobre o andamento na faculdade e meu rendimento acadêmico dentro dos aspectos de aprovação, me incentivando a continuar estudando para que por meio desta graduação eu consiga meu espaço como profissional de nível superior no mercado de trabalho.

Por último e não menos importante, deixo aqui a minha gratidão à minha orientadora Prof^a. Dr^a. Fádyla Késsia Rocha de Araújo Alves por toda a paciência e colaboração no apoio para construção deste trabalho de conclusão de curso, foi muito rico e proveitoso fazer parte deste momento sob sua orientação.

RESUMO

Tendo em vista a importância da educação inclusiva nos seguimentos sociais, bem como nas instituições que promovem o ensino e a aprendizagem em cenário municipal, este trabalho preocupa-se com a efetivação plena das legislações existentes que contemplam e dão o direito de inclusão da pessoa com deficiência. Assim, considerando a existência dessas legislações de cunho nacional, estadual e municipal, é questionado se, em espaço específico do município de Angicos/RN, a política que rege os parâmetros de funcionamento das atividades curriculares está sendo efetivada na rede de ensino. Busca-se, ainda, investigar por parte dos professores os recursos pedagógicos utilizados em suas práticas, a saber se esses fatores estão possibilitando a existência de uma relação entre a teoria e a prática. Além disso, buscou-se saber sobre a visão crítica profissional que eles possuem em relação à aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais nos espaços escolares. A pesquisa foi desenvolvida em cenário remoto considerando princípios de uma investigação qualitativa, sondando sobre a política local da escola constatada em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), e tomando por análise dos dados foi utilizado a aplicação de um formulário respondido por 10 professores nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e na Educação de Jovens e Adultos de uma instituição pública municipal. Concluiu-se que, grandes são os desafios a serem superados para tornar igualitário o processo de inclusão dentro do espaço escolar de ensino, onde o acesso, a participação e a aquisição da criança ou jovem com necessidades educacionais especiais deve estar atrelado aos campos de teoria e prática, a estruturas físicas e pedagógicas embasadas em evolução perpétua de adaptações contínuas e progressivas centralizadas no ato de incluir.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Práticas Pedagógicas. Políticas Públicas. Direito à Educação.

Abstract

Bearing in mind the importance of inclusive education in social segments, as well as in institutions that promote teaching and learning in a municipal setting, this work is concerned with the full implementation of existing legislation that contemplates and gives the right to inclusion of the person with deficiency. Thus, considering the existence of these laws of national, state and municipal nature, it is questioned whether, in a specific space in the municipality of Angicos/RN, the policy governing the parameters of functioning of curricular activities is being implemented in the education system. The aim is also to investigate by the teachers the pedagogical resources used in their practices, to know if these factors are enabling the existence of a relationship between theory and practice. In addition, we sought to find out about the professional critical view they have in relation to the learning of students with special educational needs in school spaces. The research was developed in a remote setting considering the principles of a qualitative investigation, probing about the local policy of the school found in its Pedagogical Political Project (PPP) and taking as data analysis the application of a form answered by 10 teachers in the initial years was used. and end of elementary school and in Youth and Adult Education of a municipal public institution. It was concluded that the challenges to be overcome are great in order to make the process of inclusion within the school teaching space egalitarian, where access, participation and acquisition of the child or young person with special educational needs must be linked to the fields of theory and practical, to physical and pedagogical structures based on a perpetual evolution of continuous and progressive adaptations centered on the act of including.

Keywords: Inclusive Education. Pedagogical practices. Public policy. Right to education.

LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
RN	Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	JUSTIFICATIVA	11
1.2	OBJETIVOS.....	12
1.2.1	Objetivo geral.....	12
1.2.2	Objetivos específicos.....	13
1.3	METODOLOGIA.....	13
2	A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DE DIFERENTES AUTORES	16
3	A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS LEGISLAÇÕES BRASILEIRAS.....	19
4	ANÁLISE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL: O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO EM FOCO	24
5	ANÁLISE DO PROCESSO DE INCLUSÃO DA CRIANÇA E DO JOVEM COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE ANGICOS/RN.....	28
5.1	PROPOSTA DE INCLUSÃO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA	33
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
	REFERÊNCIAS	36
	APÊNDICE A - Entrevista Semi Estruturada.....	38

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, nos deparamos com vários jovens, crianças e adultos que, de acordo com sua condição social e o ambiente em que se encontram inseridos, não foram reconhecidos em seus direitos individuais e coletivos no que diz respeito ao seu direito de inclusão em ambientes sociais, tendo esses indivíduos alguma deficiência.

Em muitos casos, a exclusão social parte de pessoas que estão na própria família ou por pessoas externas a ela, o que faz com que essas pessoas sejam tratadas de forma desigual, intensificando a desigualdade social.

A educação no Brasil passou por várias modificações ao longo dos anos e vem se reorganizando para atender as necessidades dos estudantes com deficiência. Nessa perspectiva, foram criadas leis que buscam fornecer a atenção devida, pois entende-se que todas as deficiências são respeitáveis. Essas mudanças visam garantir a inclusão dos estudantes com deficiência.

Para Mori (2003, p. 188), incluir não é simplesmente colocar os alunos nas classes regulares. Trata-se de um processo - e, por isso mesmo, lento, de caráter contínuo e transformador - que exige planejamento, recursos, sistematização e acompanhamento.

De acordo com essas mudanças é que se faz necessário refletir sobre como essa atenção é aplicada dentro do ambiente escolar em que esses alunos estão inseridos. A realidade atual nos permite enxergar novas possibilidades de inclusão por meio de novas práticas pedagógicas do ensino que facilitam e dão ao estudante uma melhor compreensão dos conteúdos sistemáticos que são fornecidos em sala e permitem a compreensão desse conhecimento de forma objetiva.

Grandes são as possibilidades hoje existentes que podem suprir as peculiaridades da pessoa com deficiência, considerando que são muitos os casos de crianças e jovens que tiveram seus direitos ceifados por não ter a garantia de direito ao acesso e permanência à/na educação, reprimindo seus desejos de se sentirem incluídas.

Então questiona-se, o que impede que tais recursos sejam utilizados para melhorar o processo de ensino e aprendizagem em sala de aula para os sujeitos que portam de alguma deficiência? As dificuldades para se incluir se limitam aos campos de teoria e prática? Incluir é também dar tratamento igual enquanto aluno? Essas são alguns dos questionamentos que serão abordados neste trabalho.

Partimos da compreensão que a educação inclusiva é aquela em que permite-se a ampla participação de todos os estudantes em instituições de ensino regular, de maneira que as

especificidades das crianças e jovens sejam respeitadas e que suas histórias de vida sejam valorizadas, fazendo com que eles sintam-se parte de todos os processos que envolvem esta educação.

Através do avanço da tecnologia e das inovações das práticas pedagógicas executadas pelos docentes nos dias atuais, é possível enxergar uma realidade diferenciada de outras épocas.

Atualmente, esses avanços e muitos estudos desenvolvidos, abrem portas para novas perspectivas que nos permitem perceber os nossos alunos com deficiência como sujeitos autônomos, estimulando seu raciocínio em meio a diversidade. Sendo essa diversidade muito mais que um conjunto de diferenças, mas uma construção de identidade que perpassa fatores biológicos, culturais e sociais, que dão a estes sujeitos um braço de equilíbrio para estabelecer controle dentro de sua autenticidade e agregação do aprendizado.

Além disso, junto a esses avanços, as legislações e políticas públicas construídas nessa área tendem a acompanhar este ritmo. Nessa perspectiva, este trabalho visa analisar o conjunto das políticas públicas elaboradas para garantir o direito ao acesso à educação da pessoa com deficiência ao longo dos últimos anos.

Para isso, faremos uma análise da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei n. 9.394/96); do Plano Nacional de Educação (2014-2024) – Lei n. 13.005/14 e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para identificar como o acesso à educação e o direito à inclusão está sendo contemplado nessas legislações.

Este trabalho compreende o desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica na qual considerou-se diferentes perspectivas de autores sobre alguns dos aspectos da educação inclusiva, seguido por um estudo documental das legislações brasileiras que fomentam o direito à educação a todo indivíduo. Como também uma análise do Projeto Político Pedagógico (PPP), de uma escola do município de Angicos/RN.

Também se realizou no presente trabalho a análise de alguns dados coletados através da aplicação de um questionário investigativo que permitiu perceber o ponto de vista de alguns professores desta escola sobre o processo de inclusão dentro de seu espaço de trabalho. Por fim, se apresentou uma proposta de inclusão voltada ao desenvolvimento cognitivo destas crianças e jovens com deficiência.

1.1 JUSTIFICATIVA

Os desafios que giram em torno da educação inclusiva são muitos, não basta só realizar a inclusão, é preciso ter certeza que ela esteja agregando, à pessoa com deficiência, benefícios

que forneçam uma melhor compreensão sobre o que está sendo compartilhado como um método de aprendizagem, buscando uma relação de proximidade, atenção, onde os mesmos se sintam confortáveis e consigam absorver o que lhe é ensinado.

Procurar estabelecer essa ligação de maneira afetiva é um dos recursos mais simplificados para criar uma ponte de acesso ao aluno.

O presente estudo é pertinente para se ter uma melhor compreensão de como as legislações estão sendo aplicadas e cumpridas em uma escola pública do Município de Angicos/RN, na perspectiva de garantir o direito de inclusão da pessoa com deficiência.

Além disso, esse estudo é relevante para a formação inicial da docência, por compreender uma análise e reflexão acerca de uma área da educação que se encontra em evidência, sendo, portanto, necessária aos estudiosos das licenciaturas, uma vez que, exige adaptações constantes a fim de promover a esses alunos a inclusão devida no espaço de ensino escolar.

Jean Piaget (1924), afirma que o professor não ensina, mas arranja modos de a própria criança descobrir. Cria situações-problemas, segundo propostas piagetianas, o professor atua proporcionando, problematizando o ensino e não mais com o conhecimento centrado somente na exposição e na repetição de exercícios.

Em algumas escolas há a iminência de dificuldades, no que diz respeito a essa interação entre professor e aluno com deficiência, pois o professor, na maioria dos casos, nunca se deparou com situações semelhantes que necessitam de seu auxílio particular, nem tiveram uma formação adequada para os variados tipos de necessidades especiais, que facilite o processo inclusivo no ambiente escolar. Essas situações demandam a necessidade de estudos como esse, que reflitam acerca da implementação de políticas educacionais inclusivas.

Assim, o interesse pelo estudo em desenvolvimento parte da minha experiência como estagiário em uma escola pública do Município de Angicos/RN, uma vez que essa atividade me ajudou a ter uma melhor percepção do que é ofertado e efetivado na rede pública de ensino.

Por fim, durante essa experiência tive a oportunidade de atuar como mediador do conhecimento, auxiliando alunos com necessidades especiais em sala de aula. Nesse momento, muitas dúvidas e reflexões vieram à tona e buscarei, neste estudo, responder alguns destes questionamentos e reflexões.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Para melhor entendimento acerca do tema proposto, o presente trabalho tem como Objetivo Geral, realizar uma reflexão sobre as leis e normas que asseguram o direito à educação de acordo com o tripé da inclusão (acesso, participação e aquisição) da pessoa com necessidades especiais dentro do ambiente escolar em uma escola pública do Município de Angicos/RN.

1.2.2 Objetivos específicos

- Analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola pública do Município de Angicos/RN, na perspectiva de perceber como está sendo garantido o direito ao acesso à educação da pessoa com necessidades especiais.
- Analisar ideias e concepções do trabalho pedagógico realizado pelos professores de uma escola pública do Município de Angicos/RN com crianças e jovens especiais.
- Apresentar uma proposta de inclusão para alunos com necessidades especiais voltada ao seu desenvolvimento cognitivo.

1.3 METODOLOGIA

No que diz respeito à metodologia da pesquisa, desenvolveu-se uma abordagem analítica, elaborada a partir de leis já existentes que englobam o tema proposto, bem como a observação de sua execução em nível municipal (GIL, 2002).

A instituição analisada para este trabalho é de rede pública municipal, na qual dispõe de espaços físicos inclusivos de acordo com suas repartições, oferecendo ensino a indivíduos com variados graus de deficiência, como deficiência mental, deficientes visuais, autismo e outros. Alguns destes sujeitos apresentam laudos médicos de suas condições clínicas e outros não. Em relação aos professores entrevistados, estão distribuídos entre os turnos matutino, vespertino e noturno.

De acordo com Gil (2002), a pesquisa é definida como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

Para Gil (2002, p.78), “a leitura analítica é feita com base nos textos selecionados. Embora possa ocorrer a necessidade de adição de novos textos e a supressão de outros tantos, a postura do pesquisador, nesta fase, deve ser a de analisá-los como se fossem definitivos.”

A metodologia para esta pesquisa buscou abordar os aspectos pertencentes a esta área de estudo a partir das leituras de leis, livros e artigos pesquisados na internet.

Em um cenário de prática, o presente trabalho utilizou a análise de um questionário direcionado aos professores de uma escola pública do Município de Angicos/RN, a fim de perceber as suas avaliações no que se refere às aplicações das políticas públicas para as crianças e jovens com necessidades educacionais especiais, assim também como a leitura do Projeto Político Pedagógico da escola, com intuito de constatar os pontos contidos neste documento que norteiam aspectos relacionados à vida escolar dos estudantes com necessidades especiais.

Segundo Gil (2002, p. 114), por questionário entende-se um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado. Ainda discutindo acerca do questionário, Gil (2002, p. 116), “nos diz que a elaboração de um questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos.”

2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DE DIFERENTES AUTORES

Ao se falar em Educação Inclusiva é fácil atrelar este tema às várias dificuldades que podem surgir a partir dessa premissa, ainda mais quando se trata de incluir, que não é uma ação realizada com muita frequência pela sociedade como um todo, pois é levado em conta que não se aplica muita empatia em determinadas situações, fora o fato de que estar incluso é um estado bem mais complexo do que se considera a olho nu.

Teixeira e Nunes (2008, p.22) afirmam que:

[...] as discussões a respeito da integração dos alunos com necessidades educacionais especiais quase sempre ocorrem de forma polêmica considerando que muitos educadores e pais acreditam ainda que esses alunos pudessem vivenciar a educação em um ambiente mais segregado, como forma de garantir-lhe a apropriação de conhecimentos.

A inclusão é um movimento mundial de luta da pessoa com deficiência, traçado por ela e seus familiares, na busca de se alcançar seus direitos dentro do funcionamento de ambientes sociais em meio às suas diferenças. E levando em conta essas diferenças, se torna válido pensar se os padrões sociais hoje estabelecidos estão sendo considerados nos espaços escolares.

Os grupos sociais humanos definem padrões normais ou estigmatizados. Assim, uma pessoa é considerada normal quando atende aos padrões que previamente são estabelecidos, isso é o que nos relatam Teixeira e Nunes (2008), onde se pode refletir sobre algumas dificuldades próprias e complexas que se encontram englobadas nessa área.

Seguindo esta mesma linha de raciocínio se faz também necessário pensar nas dificuldades que podem e são encontradas pelos profissionais da educação no espaço escolar.

Segundo Pires e Martins (2008, p.142):

“considerando a complexidade na Educação Inclusiva e a necessidade de atendimento à diversidade escolar, faz-se necessário a formação inicial dos professores para que se possa ampliar as discussões nessa área de atuação, e para que os profissionais sejam mais bem preparados para o contexto da pluralidade e diversidade, bem como investir em um processo de formação permanente.”

Então, faz-se necessária a existência de adaptações constantes a fim de atender as variadas realidades e os variados contextos existentes. Conforme Pires e Martins (2008), nesse novo (re)fazer, porém na maioria das vezes, não são oportunizados aos professores momentos para refletir, experimentar, socializar e recriar as suas práticas.

Não há dados estatísticos sobre a formação de professores para atender a inclusão escolar. Uma série de pesquisas têm demonstrado que essa formação ainda não atingiu um nível de qualidade desejado pela política (MENDES; CIA; VALADÃO, 2015).

De acordo com estas diversidades e formações adequadas, à comunidade docente cabe pensar que as adequações curriculares que forem adotadas no currículo escolar resultam em avaliações inclusivas para todos os alunos, considerando que a inclusão em si, é um direito de todos. Conforme citado por Teixeira e Nunes (2014, p.71), “a avaliação inclusiva deve estar atrelada à atenção diversificada, mediante a adaptação do currículo às diferentes características e necessidades educativas de cada educando.”

Levando em conta todos esses aspectos, é possível perceber o quão importante é o processo de inclusão em vários contextos, mas, especificamente no educacional, que exige qualificações de espaços sociais que venham a promover a interação dos indivíduos com deficiência devidamente, considerando todas as suas especificidades envolvendo aspectos culturais, sociais e outros.

O processo inclusivo da pessoa com necessidades educacionais especiais é movimento nacional que segue linhas de raciocínio voltadas à ressignificação de práticas pedagógicas. Temos relatos de diferentes pesquisadores da área, conforme afirma Figueira (2008, p.22): “[...] que termos como: “no que for possível”, “preferencialmente” impediram que o processo inclusivo no Brasil se iniciasse há mais de 40 anos atrás. Portanto, a elaboração de uma política pública de Estado sobre inclusão em nosso país, neste momento, é mais do que necessária.”

De maneira geral, ainda têm muitos desafios a serem superados, para se ver de fato a inclusão nos espaços escolares, por não haver concordância e alinhamento de suas estruturas de funcionamento voltada para suas intenções inclusivas dentro de suas práticas pedagógicas exercidas nos ambientes escolares.

De acordo com Maria Teresa Mantoan (2008, p.26), “o tempo e defesa de uma posição firme e objetiva sobre o que representa a educação especial, em uma dimensão inclusiva, pode ser (e será!), uma força para a transformação da realidade atual de nossas escolas ao abraçarem a inclusão.”

Considerando a carência de atenção para este meio é também posto em discussão os recursos financeiros que são utilizados para fomentar a inclusão a partir de maior controle percentual de quantitativo das demandas existentes, pois entende-se que negligenciar esse tipo de informação, falando minimamente; pode ocasionar em algumas evasões escolares.

Como diz Manzini (2012, p. 812):

Os dados estatísticos oficiais sobre matrículas de estudantes com deficiência podem ser antagônicos e, de um ano para outro, a clientela da Educação Especial pode simplesmente desaparecer, por exemplo, do Ensino Fundamental I e II para o Ensino Médio, sem que se perceba aumento de matrículas em instituições especializadas.

Um estudante com deficiência precisa se sentir acolhido independentemente de suas condições, e a família também precisa visualizar este processo a partir do desenvolvimento da sua capacidade de absorver a aprendizagem em seu cotidiano na forma em que se expressam em determinadas situações.

Correia (2007), discutiu o conceito de dificuldade de aprendizagem pensando na política de Portugal e já argumentava que, para elaborar uma definição de dificuldade de aprendizagem, seria preciso que esse tema fosse focado conceitualmente, para que, então, esse conceito fosse operacionalizado.

Entender como desenvolver habilidades próprias de aprendizagem no estudante deficiência precede de um estudo coletivo por todas as entidades envolvidas. Para Correia (2007), uma categoria nova necessita ser discutida por uma comunidade: pesquisadores, políticos, professores, pais, dentre outros, para que haja um consenso numa definição objetiva, precisa, e que possa ser aferida pelo censo demográfico a fim de que haja um aporte financeiro para o atendimento.

Quando o estudante com necessidades educacionais especiais se encontra incluso nos espaços sociais, principalmente a escola, é perceptível sua evolução gradativa, o que gera de forma abrangente uma evolução e construção conjunta, tanto do aluno quanto do profissional mediador do conhecimento que é o professor, permitindo absorvimento de experiências didáticas permanentes.

3 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS LEGISLAÇÕES BRASILEIRAS

A partir das grandes dificuldades que são vivenciadas pela pessoa com deficiência, entender como e quais são os meios que se podem ser utilizados para fornecer a agregação do conhecimento a estes sujeitos, de forma que se perceba que todas as práticas utilizadas estão sendo refletidas a partir do seu comportamento em sala de aula, é um desafio de observação constante.

A relação da pessoa com deficiência e a educação é uma operação processual que permeia variações sobre algumas práticas pedagógicas, que são questões comumente postas em avaliação pessoal docente.

No título III: Do Direito à Educação e Do Dever de Educar, descrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n. 9.394/96, afirma-se que, é direito do educando: “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1996).

Um dos papéis da escola é procurar entender e buscar como serão inseridos estes alunos no ambiente escolar, tendo em vista que são necessárias adaptações curriculares a fim de atender às demandas variáveis contidas nos tipos de deficiência existentes.

No título IV: Da Organização da Educação Nacional, descrito pela LDB, afirma-se que caberá à União: “estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretrizes e procedimentos para identificação, cadastramento e atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação” (Brasil, 1996).

A condução de alunos com necessidades educacionais especiais dentro das esferas hierárquicas da educação básica até o ensino superior, exige uma sistematização processual histórica de como se procede a evolução dos mesmos dentro do que lhes foram ofertados naquela etapa, considerando que as instituições educacionais de ensino devem estar preparadas de acordo com sua realidade, para o acolhimento devido desses indivíduos baseado nas condições em que se encontram.

De acordo com a LDB, no Art. 58: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. Fazendo-se, pois, necessários tais conhecimentos dentro de cada instituição de ensino e principalmente a sua aplicabilidade em seu funcionamento diário.

Esse artigo da LDB também deixa claro que será fornecido, quando necessário, apoio especializado, na escola regular, para o atendimento às peculiaridades da clientela de educação especial, caso aos alunos não seja possível sua integração em classes comuns de ensino regular. A educação especial deve ser oferecida aos educandos a partir da educação infantil, na própria rede pública.

É importante destacar, também, que a LDB, em seu Art. 59, afirma: Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

- I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 1996).

Além disso, o Art. 59-A afirma que: “O poder público deverá instituir cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculados na educação básica e na educação superior, a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado”.

Destacando-se, como parágrafo único, que: “A identificação precoce de alunos com altas habilidades ou superdotação, os critérios e procedimentos para inclusão no cadastro referido no caput deste artigo, as entidades responsáveis pelo cadastramento, os mecanismos de acesso aos dados do cadastro e as políticas de desenvolvimento das potencialidades do alunado de que trata o caput serão definidos em regulamento”.

A Lei de Diretrizes e Bases aponta, ainda, que a educação das pessoas com necessidades especiais deve ser dada na rede regular de ensino, sendo um dever dos Estados, dos Distritos Federais e dos Municípios promovê-la. Tendo como objetivo da escola, segundo a lei, promover o pleno desenvolvimento do educando na preparação para a cidadania de acordo com as especificidades da pessoa com necessidades especiais.

Com respaldo nesta Base, o Plano Nacional de Educação (PNE) ou Lei n. 13.005/14 destaca em seu art.8º, no item 1º, que os entes federados estabelecerão nos respectivos planos

de educação estratégias que: “garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades”.

Pensar em educação inclusiva é desafiador, entretanto, muitas barreiras, rumo a aprendizagem desses educandos, vêm sendo superadas por meio de reinvenção de planejamentos a fim de se ter uma garantia de uma educação de qualidade.

O PNE traz como uma de suas metas “universalizar, para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados”.

Tais movimentos remetem ao impacto de reflexão sobre quais são as concepções de educação inclusiva que hoje são ofertadas de acordo com as políticas inclusivas. Essas políticas refletem na criação de significativos movimentos sociais que venham a defender um panorama de acolhida as diferenças nas escolas de educação básica, acarretando na criação comprovada de mais salas de recursos multifuncionais e atendimento educacional especializado (AEE).

Nas dezenove estratégias da meta 4, além das salas de recursos e do AEE, outros pontos igualmente importantes são abordados. A priorização do atendimento das crianças com deficiência de 0 a 3 anos, formação de professores na área de licenciatura, investimento na acessibilidade e no transporte acessível são alguns desses temas.

A título de exemplo, temos a estratégia 4.10, que registra: “fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

O que o PNE faz é apresentar segmentos com informações de caráter real sobre as políticas públicas atribuídas para a pessoa com deficiência, para que então se possa ter uma maior eficácia no que diz respeito à execução das variadas e específicas propostas, o que reflete na necessidade de participação da sociedade civil e dos indivíduos de forma essencial, a fim de transformar essa lei em ações efetivas que melhorem o cotidiano escolar de todas e todos os estudantes no espaço escolar.

Como complemento para análise das legislações que regem os princípios da pessoa com deficiência, temos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é um documento

normativo, o qual aponta as habilidades e competências com um conjunto de conhecimentos essenciais de aprendizagem comum entre os educandos, o que ocasiona em uma oportunidade para inserção da inclusão escolar.

Se faz indispensável o planejamento por meio de habilidades progressistas pelo professor para acompanhar ao longo da vida escolar do aluno com deficiência como está sendo o seu desenvolvimento e como pode intervir para potencializar a sua aprendizagem. A BNCC considera, também, a utilização de tecnologias ao longo da Educação Básica, o que pode beneficiar o aprendizado dos estudantes por meio da utilização das tecnologias assistivas.

As competências gerais da BNCC estão articuladas na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades, na formação de atitudes e valores, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

Várias dessas competências podem ser postas em prática na inclusão escolar, dentre elas, podemos destacar a competência 2 (dois) que prevê exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

E a competência 9 (nove), que cita a necessidade de exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

A inserção das habilidades socioemocionais na BNCC são fundamentais para o trabalho com todos os estudantes e a comunidade escolar sobre como desenvolver empatia, solidariedade, relações sociais positivas, tomar decisões de maneira responsável, controlar as emoções, entre outras. A inclusão só ocorre de forma efetiva quando todas as entidades contidas no espaço escolar estão dispostas a lidar de maneira colaborativa com as diferenças e preservar o respeito para com o próximo.

É importante salientar que são habilidades que não são inatas e por isso, devemos ensinar, para que o aluno aprenda e pratique, pois sabemos que uma aprendizagem significativa deve se internalizar a partir de ações concretas tanto por parte do professor como do aluno.

As competências cognitivas são processuais, tendo a necessidade de interpretação, entendimento, análise, pensar de forma abstrata, entre outras, as quais são fundamentais para o crescimento do ser humano, porém, para a pessoa com deficiência, os fatores socioemocionais

podem ser importantes por permitir a possibilidade de expressão de seus sentimentos, como pensam e se colocam na sociedade e em suas vidas.

O desenvolvimento de uma Base Comum para a educação brasileira é um grande avanço, pois pode possibilitar uma educação mais inclusiva que olha para o estudante com necessidades educacionais especiais e suas singularidades, com uma amplitude de possibilidades para que as escolas busquem adaptar-se e inovem, para que assim possa-se realmente ser construída uma sociedade inclusiva que compreende as potencialidades de cada aluno.

Para que ocorra uma educação inclusiva é preciso pensar no aluno como um todo e nesse ponto, a garantia da aprendizagem das competências cognitivas e socioemocionais para que venha a ser um ganho concreto para o estudante.

Diante das variadas realidades vivenciadas pela pessoa com deficiência, este trabalho cumpre a finalidade de analisar a forma que a educação inclusiva em seus diferentes contextos se encontra pontuada dentro das legislações, como também a identificação de sua aplicação em uma escola pública do Município de Angicos/RN.

4 ANÁLISE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL: O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO EM FOCO

No seu item de apresentação, o projeto político pedagógico vai dizer que seu objetivo é nortear o trabalho pedagógico em toda sua abrangência. Ele deve proporcionar à sociedade por meio da escola, os meios para se tornarem possíveis a realização e a continuidade do processo ensino - aprendizagem para uma efetiva prática educacional e social.

Logo mais à frente ele afirma que este PPP vem propiciando situações de diálogo e reflexão com os vários segmentos da escola: pais, alunos, professores e funcionários, para que esses pensem na organização escolar em sua totalidade e assim, coletivamente, construam uma nova organização, com vistas a eliminar as competições, baseado numa visão democrática da escola e da sociedade, onde a qualidade, a igualdade e a liberdade, serão necessárias para a formação de um cidadão ético.

Em suas características físicas se encontra descrito em suas instalações físicas 01 sala de atendimento educacional especializado-AEE.

No tópico de missão, visão e princípios destaca-se a ação “*aprender a ser*”, que consiste em desenvolver a sua personalidade e estar à altura de agir cada vez mais com autonomia, discernimento e responsabilidade social, não negligenciando na educação nenhuma das potencialidades de cada indivíduo: memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas, aptidão para comunicar-se etc.

No seus fundamentos teóricos, destaca-se que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996, prevê que os estabelecimentos de ensino – respeitadas as normas comuns e as de seu sistema de ensino – terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica (Art.12). Nos artigos 13 e 14, a LDB diz que a elaboração da proposta pedagógica contará com a participação dos profissionais da Educação, que deverão ainda definir e cumprir plano de trabalho para concretizá-la.

Com tais dispositivos, observa-se que a lei quis dar realce ao papel da escola e dos educadores na construção de projetos educacionais articulados com as políticas nacionais, as diretrizes dos Estados e municípios, uma vez que estes são capazes, ao mesmo tempo, de levar em consideração a realidade específica de cada instituição de ensino. Assim posto, cada proposta ou projeto pedagógico retrata a identidade da escola.

É um amplo trabalho de construção, que exige competência técnico-pedagógica e clareza quanto ao compromisso ético-profissional de educar o cidadão deste novo tempo. Em outras palavras, é garantido à comunidade escolar acesso às informações e o direito de

participar das decisões, de modo a compreender melhor o funcionamento da escola e de se organizar para assegurar que os interesses da maioria venham a ser atendidos.

E uma das maneiras de fazer funcionar a escola e de organizá-la com vistas à melhoria da qualidade do ensino é justamente a elaboração democrática e coletiva de seu projeto político-pedagógico condizente com as necessidades e exigências embasadas no processo de desenvolvimento humano e social.

Esclarece-se, mais à frente, no PPP, que aprender a promover a aprendizagem é um ato de fundamental importância para o desenvolvimento físico, intelectual e afetivo do indivíduo. Para construir e recriar uma intervenção pedagógica fora dos moldes dominantes é fundamental conhecer a realidade concreta e compreender a educação na dinâmica histórica e social. Para isso é preciso que o professor perceba, reavalie e, se necessário, modifique sua prática pedagógica.

Já em suas diretrizes curriculares, no item 5.2, que vem explicar as modalidades da educação básica, se encontra em específico o item 5.2.2, o qual é voltado exclusivamente a Educação Especial, o mesmo vai dizer que a Escola analisada é a única escola em Angicos/RN que dispõe de uma Sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE (onde em horário inverso a matrícula regular dos alunos com deficiências ou necessidades especiais são atendidos).

A Secretaria Municipal de Educação criou um horário onde alguns estudantes de outras escolas do município também venham a se beneficiar com essa modalidade de ensino tão importante para a garantia da equidade na educação.

A Educação Especial é uma modalidade de ensino transversal a todas as etapas e outras modalidades, como parte integrante da educação regular, devendo ser prevista no projeto político pedagógico da unidade escolar.

Os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, cabendo às escolas organizar-se para seu atendimento, garantindo as condições para uma educação de qualidade para todos, devendo considerar suas necessidades educacionais específicas, pautando-se em princípios éticos, políticos e estéticos, para assegurar:

I – a dignidade humana e a observância do direito de cada estudante de realizar seus projetos e estudo, de trabalho e de inserção na vida social, com autonomia e independência;

II – a busca da identidade própria de cada estudante, o reconhecimento e a valorização das diferenças e potencialidades, o atendimento às necessidades educacionais no processo de ensino e aprendizagem, como base para a constituição e ampliação de valores, atitudes,

conhecimentos, habilidades e competências;

III – o desenvolvimento para o exercício da cidadania, da capacidade de participação social, política e econômica e sua ampliação, mediante o cumprimento de seus deveres e o usufruto de seus direitos. O atendimento educacional especializado (AEE), previsto pelo Decreto nº 6.571/2008, é parte integrante do processo educacional, sendo que os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no atendimento educacional especializado (AEE).

O objetivo deste atendimento é identificar habilidades e necessidades dos estudantes, organizar recursos de acessibilidade e realizar atividades pedagógicas específicas que promovam seu acesso ao currículo.

Este atendimento não substitui a escolarização em classe comum e é ofertado no contraturno da escolarização em salas de recursos multifuncionais da própria escola, de outra escola pública ou em centros de AEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (PPP).

Os sistemas e as escolas devem proporcionar condições para que o professor da classe comum possa explorar e estimular as potencialidades de todos os estudantes, adotando uma pedagogia dialógica, interativa, interdisciplinar e inclusiva e, na interface, o professor do AEE identifique habilidades e necessidades dos estudantes, organize e oriente sobre os serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade para a participação e aprendizagem dos estudantes (PPP).

Na organização desta modalidade, os sistemas de ensino devem observar as seguintes orientações fundamentais:

I – o pleno acesso e efetiva participação dos estudantes no ensino regular;

II – a oferta do atendimento educacional especializado (AEE);

III – a formação de professores para o AEE e para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas;

IV – a participação da comunidade escolar;

V – a acessibilidade arquitetônica, nas comunicações e informações, nos mobiliários e equipamentos e nos transportes;

VI – a articulação das políticas públicas intersetoriais.

A Escola Municipal analisada vem acompanhando essa nova Política Nacional de Educação Inclusiva, onde os alunos que apresentam laudo de alguma deficiência especial,

além de serem matriculados no ensino regular tem o complemento na formação em horário inverso na sala de AEE com o acompanhamento de um profissional da área de Educação Especial.

Seguindo a mesma perspectiva o PPP da instituição destaca em seus procedimentos metodológicos a afirmativa de que o aluno é o sujeito na construção do seu conhecimento e o professor o agente mediador entre as realidades dando as diretrizes para que esse sujeito transite sem perder sua identidade.

Ao mesmo tempo, adquirir condições de enfrentar a sua realidade através de alguns pontos, mas em destaque o de que “o diálogo com metodologias emancipacionistas que promovem autonomia, criticidade, solidariedade, comprometimento para ser com outro e para o outro na diversidade e inclusão”.

5 ANÁLISE DO PROCESSO DE INCLUSÃO DA CRIANÇA E DO JOVEM COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE ANGICOS/RN

Como parte complementar deste trabalho de conclusão de curso (TCC), foi desenvolvido e aplicado um questionário investigativo composto de oito perguntas com os professores de uma escola pública do Município de Angicos/RN, no qual tinha como finalidade analisar por parte do corpo docente aspectos voltados para o processo de inclusão da criança e do jovem com necessidades educacionais especiais.

Levando em consideração alguns pontos desde suas políticas locais, como também as legislações existentes que contemplam toda essa extensão que vem se expandindo seguindo uma rota limitante contra as diferenças comportamentais de um universo próprio, isolado e complexo de cada indivíduo, que em espaço específico (a sala de aula), o professor deve corroborar com o pleno andamento deste processo de disseminação que considera a relevância das diferenças.

Onde se toma por eixo o que diz Rodrigues (2006), em seu artigo, que quando se aborda a necessidade da diferenciação curricular é comum atribuir essa responsabilidade ao professor. Os professores “inclusivos” fazem-na e os professores “tradicionais” mantêm-se em modelos não diferenciados.

O questionário foi aplicado com um total de dez professores que se disponibilizaram a respondê-lo, de um universo de trinta e três professores. Entre os dez professores respondentes constam professores de turno matutino, vespertino e noturno que trabalham com as turmas de primeiro ao nono ano do ensino fundamental maior.

Dando início a esta análise respondida por dez professores, está distribuído em um percentual de 66,7% fazendo referência ao quantitativo de professores que possuem nas salas de aula em que eles atuam, alunos com necessidades educacionais especiais, tendo apenas um percentual de 33,3% que não possuem nas turmas em que lecionam, alunos com a mesma condição, tendo por evidente um relevante número de alunos com necessidades educacionais especiais distribuídos em todos os níveis de ensino da escola.

Com relação ao trabalho pedagógico que é desenvolvido com essas crianças é destacado por parte de alguns professores a informação de que não possuem alunos com necessidades educacionais especiais em suas salas de aula, mas aos que possuem está destacado que as atividades muitas vezes são as mesmas para todos os alunos em um mesmo nível, pois existe a necessidade de um acompanhamento que facilite o trabalho docente.

Em outros casos, estava sendo entregue atividades semanalmente para os responsáveis dos alunos pegarem na escola e, assim que finalizarem, entregarem também a escola e atualizarem já com outra atividade. Busca-se, também, fazer atividades direcionadas que possam ajudar a conhecer um ponto de foco para se trabalhar com esses alunos.

Como destaque, foi descrito que durante a pandemia o trabalho não foi tão bem desenvolvido, os alunos recebiam atividades mensais como joguinhos e materiais concretos que eles pudessem desenvolver suas habilidades, no entanto, em 2021 este trabalho não teve continuidade e o aluno que o professor tinha em sala só retornou em setembro de 2021. E como último relato está expresso por parte de um dos professores que não há um trabalho específico para este grupo.

Observando a área das políticas públicas nacionais (LDB, PNE e BNCC), para a pessoa com deficiência e seu ponto de vista sobre a aplicação dessas diretrizes na escola em que trabalham, está aparente que são insuficientes, ainda necessitam de muitas adequações, quanto a aplicação na escola, pois é feito apenas o que está ao alcance da equipe envolvida.

Para alguns, as políticas públicas precisam melhorar no que se refere às crianças especiais, a começar pelo Ministro da Educação Brasileira e seu pensamento equivocado sobre a presença de pessoas especiais em escolas regulares, uma vez que o mesmo afirmou que elas “atrapalham”.

A escola tenta atender a demanda, mas não possui professores ou estagiários destinados aos estudantes da Atendimento Educacional Especializado (AEE), o que resulta na precisão de mais estudo por parte dos professores, pois as leis existem, mas na realidade e na prática, sempre ficam a desejar, apesar de que, segundo alguns, houve avanços significativos, mas que não se encontram apropriados sobre estas atualizações e que apesar dessas melhorias ainda não é o estado ideal.

De um modo geral, a prática não é efetivada com excelência por inúmeros motivos, mas em ênfase está a carência de um acompanhamento e um profissional específico que os auxiliem, pois infelizmente os professores não podem dedicar a atenção imprescindível que deve ser dada a estes jovens, o que resulta em uma falta de preparação dos professores para atuar com esses sujeitos.

A escola segue tentando se inserir nesse contexto, mas peca quando se esbarra na falta de profissionais capacitados para atuarem com as especificidades de cada criança e jovem especial, na busca de garantir a igualdade independentemente de sua condição.

Dando seguimento a essa pesquisa e levando ainda em conta fatores políticos, foi questionado se o Projeto Político Pedagógico (PPP), contribui de alguma forma para a

organização do trabalho pedagógico elaborado para as crianças e jovens especiais. Por parte de alguns professores destacou-se que o mesmo não contribui, pois o documento ainda se encontra desatualizado e precisa ser adaptado ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), tendo já uma seção de enfoque para ser futuramente ajustado, visto que a escola possui uma quantidade significativa de alunos especiais.

A respeito da didática utilizada por cada professor, foi indagado a saber se ela está contemplando as especificidades da pessoa com deficiência e porque está, onde foi exposto pela maioria que não está, pois são grandes as dificuldades dos professores para trabalhar este tipo de temática, procurando atender as demandas decorrentes dentro das possibilidades de alcance por não possuir ou nunca ter feito uma preparação ou participado de uma formação direcionada a esta área de forma específica.

Outros docentes dizem que o trabalho é dirigido ao público como um todo, desconsiderando as particularidades. Apenas um dos participantes do questionário vai dizer que sua didática se adequa a todos, pois procura desenvolver em suas aulas o diálogo direto com as crianças, buscando conduzir a realização das atividades de forma que o jovem consiga aprender e não se sinta menos capaz que os demais colegas, sondando sempre de maneira flexível mostrar o conteúdo para todos.

É evidente a insuficiência de planejamentos que não sejam globais, nos quais suprem atividades para um público em comum, sem levar em conta suas repartições diversas, tendo que ter o professor um olhar delicado ao seu papel como profissional e principalmente ao que se irá desempenhar.

Ferreira (2007), numa perspectiva um pouco diferente, fala em projeto pedagógico individual. Ou seja, a organização do professor se basearia nesse projeto, planejamento no qual ficariam registradas as intencionalidades para a turma. “A elaboração do projeto pedagógico individual, que integra e organiza a gestão do pedagógico, é um processo de autoria por excelência. É o momento de os professores se reconhecerem em seu trabalho [...]” (FERREIRA, 2007, p. 427).

Quanto à investigação de práticas inclusivas foi indagado se os docentes participantes da pesquisa já desenvolveram ou desenvolvem alguma atividade que promova a inclusão da pessoa com deficiência e quais seriam estas atividades, onde foi relatado por parte da minoria que nunca realizou atividades voltadas para este público em comum.

Já por outros foi abordado a busca por tentativas mediante as limitações particulares de cada um, por meio de brincadeiras, da arte, jogos com letras, atividades dos erros, divisão de tarefas e trabalhos em grupo que instigam a coletividade onde eles pudessem ser inseridos com

os demais fazendo com que haja desconsideração das diferenças. Outro vai descrever que o trabalho é feito em equipe, onde os alunos são convocados a participar no ato de cortar, pintar, joguinhos lúdicos com números, entre outros.

O professor é considerado um ator de suma importância no contexto escolar e nos processos de ensino e da aprendizagem, pois está em contato direto com essa criança, constituindo-se do meio de transmissão do conhecimento, além de ser o facilitador no processo ensino-aprendizagem. Considera-se que a formação desse profissional pode influenciar, de diversas maneiras, sua atuação no âmbito da sala de aula. Essa formação será a base de seu desempenho e a preparação para situações que advirão em seu cotidiano (SANT'ANA, 2005; MELO; MARTINS, 2007; VITALIANO, 2007; GLAT; PLETSCH, 2010; PEDROZA, 2014; BISOL; VALENTINI, 2014; CARVALHO-FREITAS et al., 2015).

A respeito da visão pessoal de cada um professor, foi perguntado se eles consideram que a escola é inclusiva, fornecendo o acesso, a participação e a aquisição da pessoa com deficiência e porque eles acreditam que é efetivado. Foi descrito pela minoria que não, pois segundo seus relatos ainda falta uma política de trabalho voltada para essa classe de alunos.

A maioria vai dizer que sim, dentro de suas limitações, se procura ser inclusiva, pois houve um avanço significativo anteriormente ao período de pandemia, pois a escola recebe crianças com várias deficiências em suas dependências, sem excluir ninguém e tem uma preocupação com a inclusão desses alunos, assim como seu processo de aprendizagem diante das realidades vistas no cotidiano escolar.

E como ponto de destaque, parte deles falaram sobre a carência de um profissional para lidar com essas crianças e esses jovens, como também o preparo dessa inclusão para que a inclusão seja completa e sejam desenvolvidas habilidades dentro do seu processo de aprendizagem mediante as realidades vivenciadas e experienciadas em meio ao cotidiano escolar de cada instituição de ensino que busca promover a inclusão.

Como finalização da sondagem feita aos professores foi questionado acerca de sua visão individual do que eles julgam como essencial para que uma escola seja considerada inclusiva, onde foi retratado por parte de todos a imprescindibilidade da existência de um primeiro passo voltado para uma formação para os professores que recebem esses estudantes.

A escola deve ser adaptada para receber esse público alvo e a escola preparada pedagogicamente para receber e atender adequadamente as múltiplas deficiências apresentadas por seus educandos por meio de um suporte pedagógico especializado, dispondo também de treinamento semestrais ou anuais e o acompanhamento familiar que é essencial. Em pensamento global, é indispensável o tratamento de forma igualitária, acolhendo, sem preceitos,

distinções, oferecendo com sensibilidade todas condições básicas e possíveis para o atendimento digno da pessoa com deficiência.

Mediante as perguntas feitas e respostas dadas pelos professores participantes desta pesquisa, foi possível perceber a existência de dois cenários, o da teoria que se baseia nas legislações criadas para contemplar essa classe social e o da prática que se refere a realidade bruta vivida nos diferentes espaços de ensino, no qual está englobado e evidenciado por parte de alguns professores a necessidade de uma formação especializada para se pode incluir as crianças e jovens no meio educacional.

Corroborando com o parágrafo supracitado, Gomes e Barbosa (2006, p. 93): “[...] não basta frequentar cursos e palestras como eles são atualmente. Há a necessidade de reformulá-los, para que possam se tornar impulsionadores para o desenvolvimento de atitudes positivas quanto à educação inclusiva”.

Mas, mesmo dentro das inúmeras limitações existentes dentro dos espaços físicos e pedagógicos, que precisam de adaptações decorrentes as demandas dos alunos, a Escola Municipal investigada vem buscando ofertar o estado de inclusão a toda criança ou jovem que possui alguma necessidade educacional especial, com foco evidente na indispensável realização de formações para o corpo docente para que seja adquirida apropriação de conhecimentos no mínimo básicos.

Isso porquê, para que realmente sejam exequíveis a absorção de práticas pedagógicas alinhadas a uma didática inclusiva que fomente o acesso, a participação e aquisição de todo indivíduo por meio da educação, quebrando paradigmas pré-estabelecidos dentro dos aspectos de exclusão.

Observou-se que os docentes entrevistados compreendem a importância e a necessidade de formações específicas para o desenvolvimento do trabalho com crianças e jovens especiais. Por outro lado, as políticas existentes não garantem a execução dessas formações, como por exemplo observamos na fala de um professor em específico quando ele afirma:

“As políticas públicas estão voltadas para uma educação inclusiva, que garanta direitos iguais a todos, independente da sua condição. A escola tenta se inserir nesse contexto, mas peca quando se esbarra na falta de profissionais capacitados para atuarem com as especificidades de cada criança e jovem especial”.

5.1 PROPOSTA DE INCLUSÃO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Por base na minha experiência adquirida enquanto estagiário no acompanhamento de alunos com necessidades educacionais especiais e também considerando a realidade vivenciada na Escola Municipal referenciada neste trabalho, a qual é a única no município de Angicos/RN que possui uma sala de atendimento educacional especializado (AEE), e que de acordo com sua política expressa em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) e em seu cotidiano a partir dos relatos fornecidos por parte dos professores.

Esses professores, ressaltam que apesar das inúmeras dificuldades de adaptação que já foram e ainda necessitam serem feitas, busca fornecer aos educandos com necessidades educacionais especiais o acesso, a participação e a aquisição a educação.

Foi pensado em uma proposta inclusiva voltada para a criação de jogos educativos confeccionados, realizados no espaço escolar para a pessoa com deficiência voltados ao seu desenvolvimento cognitivo, tendo tal proposta um arranjo em conjunto com todos os professores de todos os turnos, levando em consideração a existência distributiva de alunos com necessidades especiais da escola que se encontram contidos em todas as modalidades de ensino ofertados pela instituição.

Tal feito, exige a presença auxiliar de estagiários graduandos de um curso de licenciatura para que os mesmos venham a adquirir para si experiências docentes atreladas a uma didática que enriquece e acarreta uma grande quantidade de saberes, ainda mais quando se trata do ato de incluir.

O brincar é uma ação comum a toda e qualquer criança, pois todo indivíduo possui suas peculiaridades próprias, a começar pelo seu modo de desenvolvimento cognitivo e a brincadeira em si proporciona o crescimento natural da aprendizagem. Se tratando disso, vale salientar o que diz Friedmann (2006), quando afirma que o brincar é uma atividade que lhe é inerente e necessária a fim de que possa explorar o novo e conquistar conhecimentos e habilidades.

Por base nesta perspectiva, se pensa que as atividades acadêmicas contidas nos espaços físicos escolares proporcionam sim a aprendizagem com um acompanhamento adequado por parte do professor titular e do seu auxiliar, mas que a construção de jogos voltados a este tipo de finalidade, tornaria o processo de aprendizagem da pessoa com deficiência integral, pois os alunos teriam acesso dentro de seus próprios lares com os seus familiares, ou até mesmo sozinhos considerando o tipo de deficiência que porta o aluno e o grau de complexidade do jogo criado.

Esta ação poderia ter início através de abordagens reflexivas e dialógicas para se formar uma base sólida de tudo o que será desenvolvido, envolvendo toda a comunidade estudantil que possui deficiência por meio da apropriação de conhecimentos prévios do que seria desenvolvido.

Como também outras atividades que englobam e contribuem para o bom funcionamento da proposta do ato de igualdade, no intuito de deixar em evidência a todos os alunos o quão importante é o processo de inclusão e que tal atitude requer adaptações decorrentes as mudanças qualitativas e quantitativas que posteriormente precisam serem feitas para se ter soluções adequadas e viáveis para as realidades diversas enfrentadas por toda pessoa com deficiência.

Já voltado para o estagiário auxiliar, tal interatividade proporciona riquezas voltadas ao campo pedagógico, pois vivenciar em seu cotidiano o pleno ato de reflexão sobre a construção de didáticas que fomentem a aprendizagem ao aluno, ainda mais se tratando de uma atividade inclusiva é uma estímulo a mais para manter de forma progressiva a absorção de significados que surgem a partir do que foi elaborado.

Em conformidade ao que afirma Pimenta (2002, p.20): “os saberes da experiência são aqueles advindos da história de vida, das relações que os docentes, que estão em formação para exercer este ofício, obtiveram ao longo de suas vidas no contato com a escola”.

Levando em consideração a importância deste tipo de exercício não só pelo valor direcionado a inclusão, mas também para moldar e deixar cada vez mais expresso que os espaços físicos e pedagógicos possuem políticas que estão em estado de transformação contínuo dentro dos parâmetros municipais e que apesar das inúmeras dificuldades de adaptação, está com uma política centrada ao ato de traçar estratégias e metas que contemplam a relevância contida no processo inclusivo.

As instituições de ensino devem se preocupar em propiciar atividades curriculares que cumprem o intuito de promover atividades englobadas que dão ênfase ao direito de inclusão de todo e qualquer indivíduo, sendo promovido a toda comunidade estudantil momentos com brincadeiras e espaços de reflexão sobre a importância do processo de inclusão, deixando em evidência que esta ação não se limita somente para professores, diretores, coordenadores, mas também para os alunos e todos que partilham de algum espaço social comum.

Isso se deve a presença de um cenário específico aqui tratado se refere a escola, ambiente tal que deve proporcionar a todo educando os meios necessários para tornarem possível e contínuo seu processo de ensino e aprendizagem para se chegar a uma efetiva prática educacional e social que faça com que o aluno se sinta seguro e, para todos os efeitos, incluído.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve sua origem a partir de uma experiência profissional minha enquanto estagiário auxiliar no acompanhamento de suporte ajudando na realização das atividades de alunos com necessidades educacionais especiais em uma escola do município de Angicos/RN.

O seu objetivo voltou-se para investigação do contato entre a teoria e a prática fornecido pelas legislações que regem os aspectos que fomentam a inclusão da pessoa com deficiência e a efetivação delas em um cenário municipal.

Diante do que foi apresentado, ficou evidenciado a importância do processo de inclusão é uma ação repleta de obstáculos variantes que necessitam de adaptações decorrentes das possibilidades de demanda que venham a surgir, sob um olhar sensível às particularidades contidas em cada universo pessoal, que se distribuem em fatores de cognição, coordenação motora e entre outros pontos que precisam serem explorados e se consiga traçar estratégias que desenvolvam as habilidades dessas crianças e desses jovens.

A inserção da criança e do jovem na educação é o meio pelo qual se constrói do zero os variados tipos de saberes que são articulados sob crescimento constante em uma perspectiva sistemática e comportamental, crescimento este que sofreu um grande impacto no tocante ao ato de incluir.

Pois, a falta de empatia vem a cada dia que se passa tomando espaço nos meios sociais e dando liberdade para expansão de exclusões de atividades interativas promovidas socialmente, como por exemplo, no ambiente escolar de ensino, com um olhar seletivo que leva em consideração tudo aquilo que é visto como anormal, sendo este um tipo de evento que deve ser disseminado com atos de coletividade e de compreensão colaborativa.

Concluiu-se que construir a inclusão é uma ação pela qual não se centra em padrões únicos, pois as deficiências são múltiplas com graus diferentes, nos quais toda instituição, ainda mais quando se trata de ofertar a educação, deve buscar em seu currículo uma articulação de práticas isoladas utilizadas pelos professores por meio de conhecimentos adquiridos em formações complementares e principalmente em prática diárias.

Por fim, tais ações podem proporcionar a contemplação das especificidades de toda criança ou jovem com necessidades educacionais especiais, para que haja plenitude de conexão entre as legislações criadas e as práticas vividas para que se possa realmente incluir.

7 REFERÊNCIAS

BISOL, C.A.; VALENTINI, C.B. Objeto virtual de aprendizagem incluir: recurso para a formação de professores visando à inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.2, n.20, p.223-234, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Geider/Downloads/1413-6538-rbee-22-04-0527.pdf >. Acesso em: 10 Out. 2021.

CARVALHO-FREITAS, M.N. et al. Características psicossociais do contato inicial com alunos com deficiência. **Psicologia & Sociedade**, v.27, n.1, p.211-220, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Geider/Downloads/1413-6538-rbee-22-04-0527.pdf >. Acesso em: 10 Out. 2021.

FERREIRA, Liliana Soares. Gestão da escola: o projeto pedagógico, o trabalho e a profissionalidade dos professores. **Educação em Revista: Marília**, v. 8, n. 1, p. 35-48, 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/Geider/Downloads/1413-6538-rbee-22-04-0527.pdf >. Acesso em: 10 de Out de 2021.

FRIEDMANN, Adriana. **O desenvolvimento da criança através dp brincar**. São Paulo, Moderna, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/1485/Coelho_Vania_Maria.pdf?sequence=1 >. Acesso em: 07 Nov. 2021.

Gil, Antônio. (2002) “**Como Elaborar Projetos de Pesquisa**”. Disponível em: <http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_como_elaborar_projeto_de_pesquisa.pdf >. Acesso em: 07 de mai. de 2021.

GLAT, R.; PLETSCHE, M.D. O papel da universidade no contexto da política de educação inclusiva: reflexões sobre a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v.23, n.38, p.345-356, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Geider/Downloads/1413-6538-rbee-22-04-0527.pdf >. Acesso em: 10 de Out de 2021.

GOMES, C.; BARBOSA, A.J.G. Inclusão escolar do portador de paralisia cerebral: atitudes de professores do ensino fundamental. **Revista Brasileira Educação Especial**, Marília, v.12, n.1, p.85-100, 2006.

Lei de N.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm >. Acesso em: 12 de abr. de 2021.

Lei de N.º 13.005, de 25 de julho de 2014. Plano Nacional de Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm >. Acesso em: 22 Abr. de 2021.

MANZINI, Eduardo. **Política de Educação Especial: Considerações sobre público-alvo, formação de professores e financiamento**. 2018. Disponível em: <7-11914-manzini-mv.pdf >. Acesso em: 08 Abr. 2021.

MELO, F.R.L.V.; MARTINS, L.D.A.R. Acolhendo e atuando com alunos que apresentam paralisia cerebral na classe regular: a organização da escola. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.13, n.1, p.111-130, 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/Geider/Downloads/1413-6538-rbee-22-04-0527.pdf >. Acesso em: 10 de Out de 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192 >. Acesso em: 30 de mai. de 2021.

PEDROZA, R.L.S. **A formação do professor: possibilidades para o desenvolvimento profissional e pessoal**. In: DESSEN, M.A.; MACIEL, D.A. (Org.). *A ciência do desenvolvimento humano, desafios para a psicologia e a educação*. Curitiba: Juará, 2014. p.299-325. Disponível em: <file:///C:/Users/Geider/Downloads/1413-6538-rbee-22-04-0527.pdf >. Acesso em: 10 Out. 2021.

PIMENTA, Selma Garrido, (org.). **Formação de Professores: identidade e saberes da docência**. In: *Saberes Pedagógicos e Atividade Docente*. São Paulo: Cortez, 2002, pp. 15-34. Disponível em: < [https://www.efdeportes.com/efd150/experiencia-e-pratica-docente-dialogos-pertinentes.htm#:~:text=Para%20Pimenta%20\(2002%2C%20p.,no%20contato%20com%20a%20escola](https://www.efdeportes.com/efd150/experiencia-e-pratica-docente-dialogos-pertinentes.htm#:~:text=Para%20Pimenta%20(2002%2C%20p.,no%20contato%20com%20a%20escola) >. Acesso em: 07 Nov. 2021.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008. Disponível em: < 2008_art_rvfigueiredocrbaptista.pdf >. Acesso em: 02 de abr. 2021.

RODRIGUES, David. **“Dez ideias (mal) feitas sobre a Educação Inclusiva”**, S. Paulo. Summus Editorial. 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/Geider/Downloads/dez_ideias_malfeitas_sobre_a_educacao_inclusiva_2%20(1).pdf>. Acesso em: 07 de Out de 2021.

SANT’ANA, I. M. **Educação inclusiva: concepções de professores e diretores**. Psicologia em estudo, Marília, v.10, n.2, p.227-234, 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/Geider/Downloads/1413-6538-rbee-22-04-0527.pdf >. Acesso em: 10 Out. 2021.

TEIXEIRA, J.; Nunes, L.; **Educação Especial – Apostila**. PA: Natal, Brasil, 2017.

VITALIANO, C.R. Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.13, n.3, p.399-414, 2007.5. Disponível em: <file:///C:/Users/Geider/Downloads/1413-6538-rbee-22-04-0527.pdf >. Acesso em: 10 Out. 2021.

APÊNDICE A - Entrevista Semi Estruturada

O presente questionário tem como finalidade analisar por parte dos professores aspectos voltados ao processo de inclusão da criança com necessidades educacionais especiais em uma Escola pública municipal.

1. Há crianças especiais nas turmas em que você atua?
2. Como é desenvolvido o trabalho pedagógico com essas crianças nas suas aulas?
3. Qual sua análise em relação às políticas públicas nacionais (LDB, PNE e BNCC) para as crianças com necessidades educacionais especiais e sua aplicação na escola em que você trabalha?
4. O PPP contribui para a organização do seu trabalho pedagógico com as crianças especiais? De que forma?
5. A didática que você utiliza contempla as especificidades da pessoa com deficiência? Porque?
6. Você desenvolve ou já desenvolveu alguma atividade que promova a inclusão da pessoa com deficiência? Qual(is)?
7. Você considera que esta escola é inclusiva, fornecendo o acesso, a participação e a aquisição da pessoa com deficiência? Porque?
8. O que você considera essencial para que a escola seja inclusiva?